

# Educação para o trabalho feminino na contemporaneidade

**Maria Cristina Pratis Hernández**

Socióloga e doutoranda em Ciência da Educação  
na Universidad San Carlos, Py.

mcpratis2004@yahoo.com.br

## Resumo

Neste início de milênio, vivemos um período de transição, com diversas cosmovisões em meio a crises consubstanciadas e de todas as ordens: existenciais, ambientais, intelectuais, políticas, educacionais, econômicas etc. É justamente nos períodos de crise que se questionam os paradigmas vigentes. Até porque muitos deles são conflitantes entre si. Portanto, esta é a oportunidade de se propor novos paradigmas. Nesse sentido, abriu-se uma discussão a respeito dos gêneros humanos, dando mais ênfase ao gênero feminino. Desde os primórdios da humanidade as mulheres trabalham; caso contrário, a própria humanidade não teria sobrevivido. E sempre houve uma divisão sexual do trabalho, só diferenciada por motivos culturais e históricos. E é o trabalho que constrói a *persona* do indivíduo. Além disso, mais recentemente, o capitalismo passou pela crise do regime fordista, que acarretou a crise do Estado Nacional, tudo isso perante a globalização da economia. Neste artigo busca-se mostrar, dentro do segmento da história das mulheres, a educação para o trabalho como um fenômeno sociológico de caráter legitimador do *status quo* dos indivíduos.

**Palavras-chave:** história das mulheres; trabalho; formação profissional.

## Introdução

A saída encontrada para manter o sistema econômico em funcionamento foi a introdução de alguns elementos novos na forma de trabalho, como sua terceirização, flexibilização e precarização. Nesse sentido, pensar na nova configuração do trabalho é pensar na crise do mundo do trabalho, na qual os processos produtivos se desenrolam em diferentes territórios onde a flexibilização permite maior inserção de trabalhadores com uma forma de contrato de trabalho diferente da dos anos setenta e oitenta. Uma flexibilização com informática. Temos trabalhadores mais qualificados, como exige o modelo toyotista, junto aos mal preparados.

Atualmente a nova informalidade do mundo do trabalho faz parte da cadeia produtiva. Essa nova força de trabalho, cada vez mais, apresenta-se de forma heterogênea, e mulheres urbanas, qualificadas ou não, e gerações diferentes, jovens e idosos, disputam um território de trabalho que muitas vezes se apresenta vulnerável para a dignidade do indivíduo. Esse tipo de economia fundamenta-se, sobretudo, num tempo-espaço doméstico no qual as relações familiares são determinantes, a despeito de uma nova situação social que começa a se redesenhar, com uma nova cidadania que inclui a educação para o trabalho das mulheres. Tendo em vista que a verdadeira luta dos que estão inseridos nesse contexto é por emprego, mesmo que contraditoriamente temos de um lado trabalhadores organizados e de outro os novos informais, que muitas vezes possuem uma renda superior aos trabalhadores formais.

É vasta a produção historiográfica internacional sobre gênero como campo específico de investigação. Além disso, muitos estudos recentes têm integrado, de forma notável, as perspectivas e práticas interdisciplinares com abordagens sociológicas e filosóficas, principalmente com destaque para a formação educacional das mulheres. Em relação aos aspectos econômicos, o que chama mais

atenção é o fato de que a participação feminina no mundo do trabalho faz parte de uma nova subjetividade, ao mesmo tempo em que está inserida no novo modelo econômico capitalista, de forma que o processo de feminização do trabalho é contraditório. Ao mesmo tempo, ele é marcado pela positividade do ingresso da mulher no universo do trabalho externo e pela negatividade de sua precarização. Seria o trabalho, verdadeiramente, uma forma de emancipação feminina?

## **1. História das mulheres**

Nas últimas três décadas, surgiram inúmeros estudos sobre a condição feminina, de forma que a história das mulheres adquiriu expressividade nas universidades e nos centros de investigação, além de ter conquistado espaços editoriais prestigiados, como é o caso de revistas acadêmicas especializadas. Tanto que nos primeiros anos da década de 1990 existiam programas de estudos, centros de investigação e publicações sobre mulheres em mais de uma centena de países.

Contudo, a institucionalização acadêmica dessa nova área de investigação tem seguido vias e ritmos diferenciados em diversos países. No caso do Brasil, já existem teses de doutorado com temáticas relevantes para o estudo das mulheres. Muitas delas tratam do papel das mulheres na educação ao longo da história, pois não é possível dissociar a presença feminina dos contextos familiares e comunitários de socialização de crianças em geral e de construção da feminilidade em particular.

### **1.1. O mundo em transformação**

As várias mudanças ocorridas recentemente no mundo possibilitaram o surgimento do que se denominou sociedade em rede ou sociedade informacional. Empresas e governos estabeleceram várias medidas e políticas que, em conjunto, levaram a uma nova forma de capitalismo, o neoliberalismo,

com uma economia informacional/global e uma nova cultura, a cultura da virtualidade real. Evidentemente, é um tipo de capitalismo diferente daquele formado ao longo da história. É uma forma de capitalismo com objetivos mais firmes, porém com meios incomparavelmente mais flexíveis que qualquer um de seus predecessores. É o chamado capitalismo informacional, que possui características bem distintas daqueles das fases anteriores. Primeiro porque possui uma produtividade promovida pela inovação e a competitividade voltada para a globalização, com o objetivo de gerar riqueza e apropriá-la de forma seletiva. Segundo porque está inserido na cultura e equipado pela tecnologia. Contudo, tanto a cultura como a tecnologia dependem da capacidade de conhecimentos e informação para agir sobre uma rede recorrente de intercâmbios conectados em âmbito global.

A economia informacional/global é capitalista; sem dúvida, mais capitalista que qualquer outra economia na história. Mas o capital está tão mudado quanto o trabalho nessa nova economia. E a característica fundamental do novo capitalismo informacional são os “mercados financeiros globais” possibilitados pela capacidade tecnológica e informacional de fazer análises contínuas por todo o planeta em busca de oportunidades de investimento e de mudar de uma opção para outra em questão de segundos, de maneira que o capital esteja sempre em movimento.

Os mercados financeiros globais são o verdadeiro capitalista coletivo e suas redes de gerenciamento, a mãe de todas as acumulações. No entanto, essa forma de gerenciar a economia cria uma espiral descendente de exclusão social, uma espécie de “buraco negro do capitalismo informacional”. Nele esse processo de exclusão não apenas afeta aqueles que estão em “verdadeira situação de desvantagem”, mas também os indivíduos e as categorias sociais que construíram a vida com base na luta constante para não cair em um submundo estigmatizado de mão-de-obra desvalorizada e de pessoas socialmente incapazes.

### 1.1.1. As mudanças econômicas e seu reflexo no mundo feminino

A despeito de todas as mudanças econômicas que o mundo está passando, Arendt nos chama atenção para o fato de que “A emancipação da classe operária e das mulheres, quer dizer, de duas categorias que em toda a história pré-moderna foram submetidas à força, indica, da maneira mais clara, o ponto culminante desse desenvolvimento” (ARENDR, 2006, p. 80). Na sociedade moderna o trabalhador é forçado pela necessidade imediata inerente à própria vida. E a vida da sociedade é dominada não pela liberdade, mas pela necessidade, com a presença do *homo laborans*, isto é, o ser humano passou a viver para o trabalho. E este, sobretudo, está focado no atendimento das necessidades básicas.

Portanto, nossa vida passou a ser pautada no chamado derretimento dos sólidos, que sedimentou uma nova ordem baseada em termos econômicos, mas essa nova ordem das coisas como um todo não está aberta a opções; ao contrário,

sentimo-nos livres na medida em que a imaginação não vai mais longe que o nossos desejos e que nem uma nem os outros ultrapassam nossa capacidade de agir. O equilíbrio pode, portanto, ser alcançado e mantido de duas maneiras diferentes: ou reduzindo os desejos e/ou a imaginação, ou ampliando nossa capacidade de ação. Uma vez alcançado o equilíbrio e enquanto ele se mantiver, “libertação” é um slogan sem sentido, pois falta-lhe força motivacional (BAUMAN, 2001, p. 24).

Paralela a essas mudanças econômicas, outra mudança de importância vital para a humanidade está ocorrendo, como a denominada crise do androcentrismo, que junto com a crise ambiental tem causado reflexo direto na economia mundial, além de ser uma das causas da profunda redefinição da família, das relações de gênero e da sexualidade. Tanto por motivos estruturais (ligados à economia informacional) como em razão do impacto dos movimentos sociais (feminismo, lutas femininas e liberação sexual), as lutas das mulheres sejam ou não reconhecidamente feministas, estão se espalhando por todo

o mundo e enfraquecendo a ordem patriarcal na família, com reflexo na economia e nas instituições sociais.

Dentro desse capitalismo de organização e sociedade de massa que existe em nossa época, a tecnologia acabou controlando as formas sociais e as normas culturais das sociedades globalizadas. Ao mesmo tempo da busca desenfreada do lucro, a ciência passou a preceder a técnica, e o trabalho científico foi praticamente colocado a serviço da produção. E como a ciência é uma atividade humana, agora mais do que nunca, entra no mundo do trabalho.

E o principal sentido da ciência é dar sentido à vida. E nesse caso, a mulher sempre se envolveu com a ciência, com atividades desempenhadas amadoramente, desde a maternidade, o cuidado com a família, com a agricultura. Só recentemente as mulheres passaram a se envolver com a ciência “profissional”. Mesmo assim, as mais qualificadas têm seu acesso profissional ainda mais limitado, até pelo fato de que a questão de “emprego” já é difícil para ambos os sexos.

No entanto, estamos em plena era do conhecimento, quando as organizações buscam soluções para diversos desafios dentro desse novo contexto. São vários os temas desafiadores. Um dos mais desafiadores e que suscita discussões é o da gestão do conhecimento.

## **1.2. Gestão do conhecimento**

A gestão do conhecimento não se faz de forma homogênea na sociedade inclusiva nem só nas instituições de ensino. Na atualidade o discurso vigente da política de inovação é o de incentivar a utilização das chamadas redes de cooperação, principalmente por parte de parceiros (universidades, empresas e governos), cujo objetivo é compartilhar conhecimentos e/ou criar novos conhecimentos. Todavia, o verdadeiro contexto no qual ocorre grande parte do compartilhamento de conhecimento são os grupos primários dos quais as pessoas fazem parte.

Portanto a família, os grupos de amigos, o ambiente de

trabalho etc. são os espaços que funcionam como elemento de síntese do conhecimento. Isto é, a partir da interação entre os indivíduos inseridos num determinado ambiente social, é que ocorre de as pessoas se sentirem incentivadas a compartilhar seus saberes.

Ainda assim, o que se tem demonstrado por meio dos dados estatísticos é que o Brasil possui alta taxa de desemprego entre mulheres que concluíram o ensino médio, maior até do que as que não possuem o mínimo de capital cultural. Esse desequilíbrio ignora que o crescimento tecnoeconômico acaba produzindo um subdesenvolvimento moral e psíquico num segmento social que reflete, inclusive, nos aspectos econômicos regionais e/ou nacional. São indiscutíveis as mudanças no modo de vida das sociedades contemporâneas. Não só na economia mundial, mas também nas relações de gênero. E esse fenômeno social deve ser entendido como um processo de reengenharia e não como mera mudança social.

E para atender a esse fenômeno social de reengenharia de atividades, novas formações profissionais e capacitação de mão de obra têm sido feitas por distintas instituições educativas.

### **1.3. A formação profissional dentro das inovações tecnológicas**

A formação profissional está sendo entendida como uma resposta à crise do trabalho. Há uma intensificação do controle sobre o sistema de produção, característica do *taylorismo-fordismo*; o saber do trabalhador foi apropriado pela máquina, fez dele um estranho no processo produtivo.

Por isso é necessário que a abrangência de conteúdo científico e profissional na formação do trabalhador seja capaz de desenvolver habilidades de pesquisa, de experimentação e utilização de ferramentas criadas pelas inovações tecnológicas, ao mesmo tempo em que garanta a compreensão da existência social do trabalhador. Como tal, a educação venha a responder não mais no sentido da afirmação

da dualidade ensino profissional ou ensino geral, mas que haja uma educação integrada que garanta ao trabalhador domínio intelectual e tecnológico do mundo em que vive.

O contraditório é que com a automação não tivemos a liberação dos trabalhadores das tarefas fatigosas e repetitivas, pois o objetivo principal foi substituir uma parte dos operários por máquinas mais complexas e mais eficazes e, portanto, reduzir a quantidade de trabalho para uma mesma produção. Isso ocorre ao mesmo tempo em que se despreza a capacidade de inteligência dos trabalhadores, porque estão sujeitos a regulamentos e controles automatizados. E as máquinas acabam virando recursos para produzir mais valia.

## **2. Participação das mulheres no plano político**

Sem dúvida, nas últimas décadas, a participação das mulheres no mercado de trabalho vem aumentando, bem como sua participação nos movimentos sociais, nas lutas de classe e nos movimentos sindicais em busca de melhores condições de trabalho e de direitos. No entanto, a incorporação do trabalho produtivo da mulher se dá de forma diferenciada com relação aos homens. Ela ainda se insere de forma subordinada no mercado de trabalho e mantém suas “obrigações” com o trabalho reprodutivo, resultando numa dupla exploração do labor feminino.

Haja vista que no discurso oficial há o reconhecimento dessa situação, inclusive nos documentos produzidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que se referem à categoria “gênero” colocando as relações de classe, gênero, etnia e raça como uma distribuição desigual de poder. Mas de maneira paternalista advogam que, por meio de políticas afirmativas e compensatórias, será possível alterar a situação das mulheres no sentido de promoção da igualdade de gênero.

Como de costume, coloca-se a educação formal como remédio para as mazelas sociais. Para isso seria necessário se redefinir a educação, concentrando nas capacidades que

os indivíduos poderão desenvolver ao longo da vida. No entanto, os cursos tiveram um papel efetivo na elaboração de seus discursos adesistas com relação ao empreendedorismo e à vinculação que se estabelece entre o Estado e as forças produtivas. Apesar de vivermos num mundo em que as transformações sociais estão mais aceleradas do que outrora, a adequação às novas mudanças ainda trazem em seu bojo resquícios do modelo dominante. No caso do trabalho, percebemos a visão de mundo capitalista e androcêntrica.

### **2.1. Formação profissional popular feminina**

De maneira geral, o projeto neoliberal de educação aponta que sua efetivação consiste na submissão técnica e ético-política da classe trabalhadora aos objetivos da burguesia brasileira, tendo como principais metas a difusão e a sedimentação da cultura empresarial, a educação da classe trabalhadora com vistas a naturalizar o desemprego, a flexibilização das relações de trabalho, a perda de direitos históricos e a recorrência à competição, ao individualismo e à passividade política como estratégias de sobrevivência social.

Em seu conjunto, essas transformações têm implicado a intensificação da exploração da força de trabalho, o desemprego estrutural, o crescimento de uma desproletarização, a precarização do trabalho, o aumento do trabalho feminino. Enfim, estão bem distantes da concepção de educação integral que busca o desenvolvimento humano em todas as suas potencialidades, articulando ciência e cultura, humanismo e tecnologia.

A educação da classe trabalhadora brasileira, sobretudo para a qualificação profissional de mulheres, apresenta como fundamento filosófico maior autonomia no mundo do trabalho e igualdade de gênero. Porém, o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) tem como meta a “qualificação social e profissional de trabalhadores”, cujos principais objetivos

são: 1º) a formação integral dos trabalhadores; 2º) o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e da participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e renda; 3º) a elevação da escolaridade dos trabalhadores por meio da articulação com as políticas públicas de educação, em particular com a educação de jovens e adultos; 4º) a inclusão social, a redução da pobreza, o combate à discriminação e a diminuição da vulnerabilidade das populações; 5º) a elevação da produtividade, a melhoria dos serviços prestados, o aumento da competitividade e das possibilidades de elevação do salário ou da renda.

Segundo Frigotto (2005, p. 36), “o objetivo profissionalizante não tem fim em si mesmo e nem se pauta pelos interesses do mercado”. Ao contrário dessa opinião, o PNQ demonstra uma tendência à privatização, à desregulamentação e à descentralização, seguindo o modelo teórico do estado neoliberal. E no que concerne às mulheres, a formação profissional ocorre na oferta de cursos voltados para atividades mal remuneradas e que exigem baixa qualificação, explicitando a perspectiva de naturalização da pobreza.

## **2.2. A mulher trabalhadora**

A formação da mulher trabalhadora não repercutiu na sua situação de trabalho e não alterou sua situação concreta de vida; nesse sentido, a gestão estratégica do conhecimento leva em consideração a relação gênero-classe social? É uma das questões que inquietam pensadores de várias partes do mundo. E procurar responder a essas indagações tem se apresentado como um imperativo categórico na atualidade.

Paralelo a isso, o conjunto de serviços exigidos pelas novas formas de organização social do trabalho e do mercado consumidor de produtos com estética tida como feminina, acrescido do aumento do número de mulheres provedoras de famílias fez com que muitas delas se inserissem, massivamente, em inúmeros ramos da economia informal. E esta, quer gerando novas atividades quer

integrando outras mais tradicionais, perdurou como elemento constitutivo do próprio sistema capitalista.

No Brasil ocorre o mesmo fenômeno: o trabalho das mulheres se concentra em atividades econômicas menos organizadas, com contratos informais, menor presença sindical e mais exposição ao desemprego. Além disso, a intensa terceirização da economia brasileira a partir da década de 1990 favoreceu a inserção das mulheres no mercado de trabalho, principalmente na prestação de serviços que sua ocupação predomina, sendo o serviço doméstico remunerado o segmento de maior alocação - em torno de 19% - das trabalhadoras brasileiras.

Na opinião de Antunes (1999), as várias conquistas femininas fazem parte do processo de emancipação *parcial* das mulheres tanto em relação à sociedade de classes quanto às inúmeras formas de opressão masculina que se fundamentam na tradicional divisão social e sexual do trabalho. A formação da mulher trabalhadora não repercutiu em sua situação de trabalho e não alterou sua situação concreta de vida; elas não conseguiram obter um emprego, não foram encaminhadas para alternativas de elevação de escolaridade e não tiveram nenhum tipo de apoio para o empreendimento individual.

As políticas compensatórias de renda se articulam com os processos de flexibilização e precarização do trabalho, transformando os cidadãos portadores de direitos em consumidores tutelados, negando os direitos sociais conquistados pelas lutas dos trabalhadores - inclusive o direito ao emprego e às políticas sociais universais.

### **Considerações finais**

Em suma, a reestruturação do trabalho está fundada no paradigma de base material em que a informática, a eletrônica, a biotecnologia, os sistemas integrados de telecomunicações e até mesmo a nanotecnologia deveriam dispensar a mão-de-obra humana, mas isso não acaba

ocorrendo. E essas inovações tecnológicas provocaram mudanças substanciais na vida cotidiana da sociedade, refletindo no aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho e em sua trajetória no mundo globalizado.

No Brasil a questão da reestruturação produtiva combina elementos tradicionais do fordismo com as novas técnicas de produção flexível. Todas essas formas particulares de técnicas e gestão organizacional do processo de trabalho, nesse contexto, trazem como consequências imediatas para a classe trabalhadora a sua heterogeneização, complexificação e fragmentação, além da precariedade na condição de trabalhador. Isto é, a figura do trabalhador estável ficou diluída, pois vivemos um período de hibridação trabalhista no qual se combinam formas de subordinação real, que se apropria de elementos da subordinação formal do trabalho mesclados com o capital gerado no setor informal da produção. Importante observar que muitos trabalhadores desse setor têm uma retirada superior à do trabalhador formal.

No entanto, as relações de poder entre os sexos continuam existindo, apesar da luta pela emancipação feminina. Podemos dar como exemplo um caso recente. No final de agosto deste ano, foi publicado o relatório *Olhares sobre a Educação 2010*, que trata do nível de formação educacional da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Foi analisada a situação de ensino em 38 países. De acordo com o economista Etienne Albiser, da divisão de indicadores e análises sobre educação dessa organização, o índice de desemprego entre os que não concluíram o ensino médio é menor do que entre os que concluíram. Segundo ele, uma das razões desse paradoxo no Brasil seria a alta taxa de desemprego entre mulheres que concluíram o ensino médio. Essa taxa é bem superior ao mesmo índice de mulheres dos países ricos, só se igualando ao Chile, Grécia, Luxemburgo e México. E as causas seriam diversas, variando da qualificação no ensino/aprendizado ao interesse do mercado em admitir trabalhadores com baixas titulações, para melhor se enquadrarem aos baixos salários.

## Referências

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARENDDT, H. *O que é política?* 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Presidência da República. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – 2004*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. *A Economia Política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 92, out. 2005.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

LUZ, N. S. Divisão sexual do trabalho e profissões científicas e tecnológicas no Brasil. In: Luz, N. S.; Carvalho, M. G.; Casagrande, L. S. *Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola/org. Curitiba: UTFPR, 2009.*

MORAES, E. L. *Construindo identidades sociais: relação gênero e raça na política pública de qualificação social e profissional*. Brasília: MTE, SPPE, DEQ, 2005. (Coleção Qualificação social e profissional, 1).

NOGUEIRA, C. M. *A feminização do mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Campinas: Autores Associados, 2004.

SANTOS, B. de S. *A crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez, 2005.

## Education for the female work in the contemporaneity

### Abstract

Since the beginning of the millennium we live in a transition period, with several worldviews in the midst of consubstantiated crisis of all kinds: existential, environmental, intellectual, political, educational, economic etc. It is in the periods of crisis that the current paradigms are questioned, because many of them are conflicted to each other. So it is the opportunity to propose new paradigms. In that sense a discussion about the human genders, emphasizing the female one was raised. Since the early stages of the humanity, women have worked if not the humanity itself would not have survived. And there always were a sexual division of work, only varying because of cultural and historical reasons. And it is the work that builds the individual “persona”. Besides, more recently, the capitalism has been through the crisis of the Fordist regime what lead to the crisis of the national State, all of that before the globalization of the economy. This article tries to show, in the segment of the history of women, the education for work as a sociological phenomenon with a legitimate character of the individual *status quo*.

**Keywords:** history of women; work; professional development.

Artigo recebido em: 28/8/2011

Aprovado para publicação em: 2/1/2012